

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA - SÉRIE INVESTIGAÇÃO: Nº9

Georges Benko

MUNDIALIZAÇÃO
DA ECONOMIA
E METROPOLIZAÇÃO
DO MUNDO

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
LISBOA - 2000

MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA E METROPOLIZAÇÃO DO MUNDO

Georges Benko

*Université Panthéon-Sorbonne,
191, Rue Saint-Jacques, 75005 Paris
France
e-mail: gb@univ-paris1.fr*

1. INTRODUÇÃO

A mundialização, ou ainda, em termos anglo-saxões, a globalização, muito em voga nos países da América Latina, constitui nos anos 90, uma das preocupações predilectas dos intelectuais de todas as tendências, sejam eles economistas, sociólogos, geógrafos ou filósofos. Neste capítulo, tentarei, de maneira didáctica, revisitar esta noção e argumentar porquê a mundialização está cercada de erros conceituais e de falsas explicações.

Porquanto ela participa à difusão deste bonito passe de mágica teórico, chegou o tempo de desenvolver este tema, muito disseminado em discursos contemporâneos: “a mundialização”. Dia após dia, esta fórmula totalizadora, embora enigmática, é levada para os ouvidos de cada um, por aqueles que procuram justificar as dificuldades do período, recorrendo a uma única “causa” que certamente tem nome, porém inteligível. Além disso, esta noção de “mundialização” atingiu tal grau de circulação pública que uma análise faz-se necessária, sobre as modalidades da sua construção e dos seus usos, pois estes influem na sua pregnância e merecem ser apreciados pelas suas qualidades epistemológica (preocupação com a identificação de uma ordem global do mundo conhecível) e ideológica (racionalização interessada da imagem do mundo).

Não há dúvida que, do ponto de vista dos especialistas (economistas ou sociólogos), o termo “mundialização” refere-se a fenómenos estruturais, históricos e conjunturais construídos com precisão: um mercado financeiro que funciona 24 horas, em ubiquidade instantânea, conjugado a uma interdependência mundializada da vida económica. A mundialização, em suma, evoca neste contexto, um planeta completamente servido por cabos, sob a bandeira da economia liberal.

Desse modo, ao lado das especificações económica e financeira, nada proíbe a multiplicação das operações intimamente ligadas a outras aplicações do termo “mundialização”. Além da evocação, bastante simplificada, de um espaço físico (o mundo, o planeta), ou de uma composição de relações económicas e políticas, aparentemente dadas (para muitos, a mundialização é um fato), a referência ao “mundial” persiste e provoca configurações de sentidos tão nebulosos, como a “crise” invocada outrora na mídia e considerada como “causa” eficiente ou, melhor ainda, como

o “dinheiro” tal como era apresentado por romancistas como Honoré de Balzac ou Émile Zola, na forma insidiosa de um diabo moderno.

Em todo caso, a referência totalizadora à esta ideia do “mundo”, feita sem precaução, induz sempre a um duplo risco: o de postular fenómenos imediatos e transparentes e o de reedificá-los. Ora, as relações sociais e políticas nunca são compreendidas logo, à primeira vista e certamente, não estão seguramente encerradas no envelope do mundo. A análise deveria, antes, ensinar-nos, a construir uma noção contraditória do mundo ao tempo que o “mundo” contribuiria a definir mais exactamente, o resultado de uma dinâmica imanente a certos movimentos sociais e políticos. Na verdade, o conceito do “mundo” tal como é apreendido nos discursos sobre a mundialização, nos confronta com construções linguísticas cómodas mas que não propõem, na maioria das vezes, nenhum instrumento preciso permitindo dissecar as estratégias manifestadas actualmente nas relações sociais.

2. EM TORNO DA NOÇÃO DE MUNDIALIZAÇÃO

Em primeiro lugar, a mundialização designa a crescente integração das diferentes partes do mundo, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transportes, etc. A depender do ponto de vista adoptado, a mundialização refere-se também a processos muito específicos que para uns, são um prolongamento de tendências antigas e para outros, marcam um novo período.

A) A mundialização e o economista

Primeiro, para a economia: é a globalização financeira, ou em outras palavras, a integração dos mercados e das bolsas como consequência das políticas de liberalização e do desenvolvimento das novas tecnologias nas áreas da informação e da comunicação; é também a intensificação, observada nestes últimos anos, dos fluxos de investimentos e de capitais na escala planetária.

O economista Théodore Levitt foi o primeiro a introduzir o termo de globalização, em artigo publicado em 1983, para designar a convergência dos mercados no mundo inteiro.

Entretanto, Kenichi Ohmae tem o mérito de ter “popularizado” a noção no campo da análise económica, em uma obra publicada em 1990. Para Ohmae, a globalização é uma nova etapa no desenvolvimento das multinacionais, a gestão na escala mundial do conjunto das actividades de uma companhia multinacional, em pesquisa e

desenvolvimento até a comercialização, passando pela produção. Para a vertente que estuda as “global cities”, (Sassen, 1991), a globalização financeira acompanha-se do fortalecimento dos grandes centros financeiros e da emergência de cidades globais como Nova Iorque, Londres, Tóquio.

A emergência de companhias multinacionais globais (Andreff, 1996, Muchielli, 1998) que integram as actividades financeiras, comerciais, industriais, constituindo assim uma nova etapa no desenvolvimento das firmas multinacionais em função da aceleração das fusões e das concentrações em certos sectores (telecomunicações, áudio visual, informática etc.).

Um processo de regionalização, graças à constituição de vastas zonas de “livre comércio”, no pano de fundo da “tríade” (Kebabdjian, 1994, Keizer, Kenigswald, 1996), a organização da economia mundial em torno de três grandes pólos principais de desenvolvimento major: a América do Norte, a União Europeia e o Japão (a tríade).

A intensificação do comércio mundial: desde os anos 50, as trocas de bens e de mercadorias conheceram um crescimento superior ao das produções nacionais (Rainelli, 1997).

A maioria dos estudos no assunto não deixam de destacar o crescimento fenomenal dos investimentos internacionais nestes últimos anos, paralelamente, a presença cada vez mais notória das firmas transnacionais quer nas trocas internacionais, quer na actividade económica dos países participantes.

Os fatos são, neste aspecto, surpreendentes. Para citar apenas alguns, mencionaremos que a CNUCED (1997) estima hoje a cerca de 44.000 o número de firmas transnacionais, e a 280.000, o número de suas filiais⁽¹⁾ O montante das vendas destas empresas atinge cerca de 7 trilhões de dólares e os investimentos directos são da ordem de 3,2 trilhões de dólares. A sua importância é melhor entendida ainda quando se considera que o PNB mundial é de cerca de 30 trilhões de dólares.

Outro fenómeno não menos surpreendente é o do crescimento dos investimentos directos estrangeiros.⁽²⁾ É certo que comparado aos anos 80, este crescimento vem diminuindo durante a primeira metade da década actual, por razões relacionadas com o impacto da crise de 1991-1993 sobre a economia mundial⁽³⁾. Dito isso, o fato é que

(1) O número de firmas transnacionais localizadas nos 14 países mais industrializados passou de 7.000 no final dos anos 60 para cerca de 26.000 no início dos anos 1990. Vale lembrar também que Dunning (1983) estimava a cerca de 3.500 o número de filiais no sector manufactureiro entre 1946-1961 (UNCTD, 1994). Das 280.000 filiais repertoriadas pela CNUCED, cerca de 94.000 eram localizadas em países desenvolvidos e 130.000 em países em via de desenvolvimento.

(2) Entretanto, boa parte dos investimentos directos estrangeiros deve-se ao reinvestimento local dos benefícios.

(3) Cabe, no entanto, observar o intenso crescimento dos investimentos de “carteira” durante o período.

primeiro, a taxa de crescimento dos investimentos directos estrangeiros vem mantendo uma média, muito superior à do comércio internacional⁽⁴⁾ e por conseguinte, à da produção mundial⁽⁵⁾ e que segundo, desde 1985, observa-se uma nítida aceleração na tendência sobre um longo período, fenómeno que não pode ser dissociado nem de uma abertura maior dos mercados nem da atracção exercida sobre os investimentos pelo forte crescimento económico dos países ditos “emergentes”.

Acabamos de evocar a importância crescente das companhias transnacionais na economia mundial, uma vez que são responsáveis por dois terços do comércio mundial⁶, do qual um terço representa o comércio no interior das empresas. Como reflexo desta nova realidade, as firmas transnacionais⁽⁷⁾ estão também no centro da actividade económica dos países⁽⁸⁾.

Estes dados mostram bem que a mundialização económica começou mesmo, uns vinte anos atrás. Os resultados, porém, são discutidos: para alguns economistas, a consequência seria uma tendência à convergência das políticas económicas nacionais, para outros, seria uma intensificação da interdependência das economias nacionais...

(4) Entre 1973 e 1995, os investimentos directos foram multiplicados por 12, enquanto as exportações mundiais foram por 8,5.

(5) A relação entre o crescimento do comércio e o crescimento da produção foi, em média, de 1,6 desde a Guerra. Ele foi de 1,4 entre 1950 e 1964; de 1,6 entre 1964 e 1976; de 1,2 entre 1974 e 1984 e de cerca 2,7 entre 1984 e 1994 (OMC, 1996).

(6) O comércio das mercadorias representa cerca de 80% do comércio mundial, o dos serviços, 20%. O comércio dos produtos manufacturados representa ainda os três quartos do comércio de mercadorias.

(7) Como meu objectivo não é um debate sobre as definições, utilizo aqui duas expressões “companhias transnacionais” e “companhias multinacionais” de maneira equivalente.

(8) O fato que a parte do comércio no interior da empresa mantém-se estável a longo termo, reflecte o efeito de substituição dos investimentos ao comércio, pois as empresas tendem a produzir cada vez mais no local. Neste ponto, a maioria dos estudos tendem a mostrar que embora exista uma correlação entre a produção local e o crescimento do comércio internacional, esta correlação, segundo a CNUCED e o OMC, não é muito significativa, com excepção dos países em desenvolvimento. Um estudo da OCDE em 1998 parece indicar, entretanto, a existência de uma relação muito mais estreita entre o investimento directo e o comércio internacional, cada dólar de investimento gerando, segundo este estudo, dois dólares de exportação suplementar.

B) A mundialização e o geógrafo

Para o geógrafo: a mundialização é a “glocalização”⁽⁹⁾ ou a articulação ampliada dos territórios locais com a economia mundial.

Originalmente, este neologismo foi imposto por directores japoneses para designar um modo de gestão, ao mesmo tempo, global e local da empresa-rede no quadro da economia mundializada. Em geografia, a noção de glocalização é uma maneira de sublinhar a persistência de um registro espacial de fenómenos económicos, a localização dos locais de produção de uma empresa multinacional nos territórios.

A constituição de uma “economia em arquipélago” (segundo a expressão figurada de Pierre Veltz, 1996), ou a emergência na escala planetária, de um “arquipélago megalopolitano mundial” organizado em torno das megalópoles norte americana e do sudeste asiático.

C) A mundialização e as políticas

Para as relações internacionais: é o fim da bipolaridade. No tempo da guerra fria, o mundo era apreendido em termos de relações Leste-Oeste, Norte-Sul. O uso da noção mundialização marca uma mudança de contexto.

A acentuação dos fenómenos da transnacionalidade e da interdependência. A transnacionalidade expressa-se através dos actores organizados em redes: multinacionais, diásporas, seitas. Desde os anos 1970-80, a interdependência dos Estados foi particularmente sentida no domínio do meio ambiente.

Podem ser integrados também fenómenos mais ou menos antigos: as guerras “mundiais”; a constituição de uma ordem internacional através da criação da ONU; ou mais recentemente, a mundialização.

D) A mundialização e o historiador

Para o historiador: é uma nova etapa no desenvolvimento de um processo plurisecular: o capitalismo ...

A extensão das “economias mundo”. As economias-mundo foram descritas por Braudel, na sua monumental *Civilisation matérielle et capitalisme* (1967-1979). Trata-se de áreas de desenvolvimento que se sucederam a partir do século XVI ao ritmo das grandes descobertas e das inovações técnicas. O seu denominador comum: a existência de centros decisórios (porto ou capital de Império, como Amsterdão ou Londres) que

organizam as regiões periféricas em função de uma divisão do trabalho e das produções. Apoiando-se nos trabalhos de Braudel, alguns consideram que a mundialização perfaz a constituição de um sistema ou espaço mundo.

Sabe-se por exemplo, que Braudel, na sua obra *La Dynamique du capitalisme* (Flammarion, Paris, 1988) teve a ambição de relacionar o capitalismo, a sua evolução e os seus meios, a uma história geral do mundo. Entretanto, o “conjunto do mundo”, tal como ele definiu nos séculos XV e XVIII – “esta unidade que se delineia e cujo peso se faz progressivamente sentir, na vida inteira dos homens, em todas as sociedades, economias e civilizações do mundo”- afirma-se sob o duplo signo de uma parte (de um fragmento) erigida em totalidade e da desigualdade (das regiões do “mundo” e dos homens entre si). Ele ainda acrescenta, “Há um tipo de sociedade mundial, tão hierarquizada quanto uma sociedade ordinária e que é, como a sua imagem, ampliada embora reconhecível”.

Tendo nos ensinado a distinguir entre o conceito da economia mundial (economia do mundo tomado no seu todo) e o da economia-mundo (*Welwirtschaft*: economia de uma parte do nosso planeta, na medida em que ela forma um todo económico como por exemplo o Mediterrâneo do século XVI), Braudel lega esta revisão conceptual a Immanuel Wallerstein que, por sua parte, na *L'Économie-monde moderne* (Paris, 1974), defende a ideia de uma contradição interna a este conjunto, na qual participam os “movimentos anti-sistémicos”, isto é, os movimentos sociais de resistência ao desenvolvimento de uma única economia de mercado. Ele chega a precisar, por exemplo, que a partir de 1500, uma das economias-mundo forneceu um quadro para o desenvolvimento completo do modo de produção capitalista que instaura-se como uma economia-mundo. Este quadro estende-se no espaço, integra os impérios-mundos circunvizinhos, sem limites espaciais intrínsecos. “Dessa maneira, pela primeira vez na história do planeta, chegou-se a um momento em que existia apenas um único sistema histórico” (p. 264), enraizado porém em contradições.

Esta lição de história conta que, em toda evidência, “o mundo” não é o envelope perfeito de algum mecanismo de conexão interno, porém é uma forma de síntese de movimentos cujos interesses são contrários. Estes movimentos não se localizam dentro de um mundo porém eles moldam a imagem deste mundo. Desse modo, o “Mundo”, o “Mundial”, podem, serem considerados como conceitos pertinentes embora apenas nesta forma.

(9) O termo “glocalização” é um neologismo a partir da contracção de global/globalização e de local/localização

E) A mundialização e o sociólogo

Mundialização da sociedade: é a convergência dos modos de vida. No plano cultural: a difusão de uma cultura universal planetária (através de marcos emblemáticos: como Coca-Cola, Disney, os Jogos Olímpicos...) paralelamente a processos de “hibridização”, de mestiçagem (até de “crioulização”) dos modos de expressão cultural de dimensão universal, fazendo empréstimos a partir das culturas locais, re-apropriados depois, por estas mesmas culturas.

Segundo o sociólogo Tony Giddens, o tema da mundialização é abordado em dois tipos de obras singularmente diferentes. As primeiras tratam das relações internacionais e as outras, das “teorias do sistema mundial”, em parte na esteira de Immanuel Wallerstein, bastante próximo das posições marxistas. Giddens fornece uma análise coerente da mundialização, associando-a à modernidade e ao fim da pós-modernidade (Giddens, 1990).

F) A mundialização e a comunicação

A mundialização das comunicações e das técnicas: é o tecnoglobalismo, isto é, a fusão em um mesmo saber, de inovações e tecnologias emanando de numerosos territórios: o estabelecimento de “macro-sistema-técnico” nos transportes, na produção, na comunicação.

É também a revolução das comunicações com o desenvolvimento das telecomunicações, dos meios de transmissão (cabos, satélites), a expansão da Internet.

A fórmula “aldeia planetária” foi forjada há mais de trinta anos, em 1962, pelo canadense Marshall McLuhan, em uma das suas obras principais: *A Galáxia Gutemberg*. Para o autor, esta fórmula exprime antes uma volta ao tribalismo na era da electricidade e da electrónica. Enquanto a tipografia teria favorecido o individualismo, as novas mídias (televisão, rádio etc.) levariam ao isolamento dos grupos familiares e sociais. Num mesmo tempo, a transmissão simultânea das informações para os quatro cantos do planeta, transforma cada telespectador ou ouvinte em um membro da “aldeia planetária”. Embora a fórmula tenha tido muito sucesso na hora da mundialização, a super potência das mídias que ela supõe (determinismo tecnológico), tem sido depois relativizada.

G) A mundialização e o filósofo

Para os filósofos: é a universalidade dos valores. Face à mundialização, os filósofos não ficaram devendo conforme testemunha em 1994, a organização pelo Collège International de Philosophie em Paris, de um colóquio sobre o tema “Mundialização,

universalidade”. Além disso, não é raro encontrar nos escritos dos filósofos, um neologismo significativo à “mundialidade” utilizado às vezes no sentido da universalidade vivida. Enfim, lembremos que o *Projeto de paz perpétua* de Kant constitui uma referência obrigatória, no domínio das relações internacionais e da reflexão, sobre a possibilidade de um governo mundial.

Será necessário portanto, fingir acreditar que a “mundialização” não corresponde a nenhum acontecimento, a nenhum processo histórico em curso e que esta ficção cobre apenas uma realidade que não mudou ou foi mal apreciada? De maneira alguma. Quaisquer que sejam as estratégias do vocabulário, o uso e a difusão da noção de “mundialização” amplificam-se de maneira incontestável na ocasião das transformações sociais e políticas que precisam ser nomeadas e entendidas correctamente em virtude do seu peso na transformação e do seu peso moral nas mentes destabilizadas.

Neste altura da reflexão, cabe trabalhar o conceito, tanto na sua extensão quanto na sua compreensão. Além disso, a questão decisiva que deverá ser resolvida – uma vez que dela depende o sucesso da análise – é de saber como se pode invocar com pertinência, uma noção de mundo cujas origens filosóficas são tão evidentes. Insistiremos brevemente neste ponto da teoria filosófica: quem questiona o “mundo” não pode esquecer que está presumindo, por aí, o horizonte de uma totalidade cujo conteúdo deve ser estável no seu conjunto. Apesar das teses que refutam a própria ideia de um mundo-uno (o seu uso, o seu impacto denunciados por exemplo, como teológicos, quando melhor seria constatar o exílio dos homens, sem fim e sem unidade, numa dispersão eterna), surge a obrigação de distinguir pelo menos, o mundo concebido como conjunto das coisas (René Descartes, *Traité du Monde*, 1633) e o mundo considerado como Ideia da razão (Emmanuel Kant, *Crítica da Razão Pura, Antinomias da Razão Pura*, 1781). No primeiro caso, é recomendado procurar o que restringe a diversidade dos seres e das coisas a formar um mundo por somatório, o que autoriza falar da recapitulação exaustiva das coisas (a série, *multitudo*). No segundo caso, a referência ao “mundo” (*totum*) impõe que se indique que o “mundo” funciona directamente como esquema de totalização, a partir de um princípio que liga os elementos.

Voltemos pois, à mundialização. Na maioria dos casos, o uso muito particular da noção do “mundo” refere mais à sobrevivência de uma teoria metafísica na qual as coisas do mundo estão relacionadas entre si por um encadeamento. À semelhança das ciências da natureza e da filosofia clássica das quais procede esta noção, o “mundo” (até o universo se admitir-se a equivalência de *pan* em grego e de *mundis* em latim), reporta-se a um modo de reunião e de composição das partes constitutivas do universo. O “mundo”

fosse ele antes físico, apresenta-se como um edifício de arquitectura perfeita no qual o olho treinado deve poder discernir uma ligação sistemática.

Daí observamos claramente, os impasses a que leva, de imediato, esta afirmação. Se a noção, de fato central, (da existência) de uma conexão mútua entre as coisas ou fenómenos oferece alguma garantia virtual do conhecimento possível, é certo, em contrapartida, que a figura da perfeição que envolve as realizações não teria, neste quadro, nenhuma eficácia epistemológica. Ela tem apenas um valor metafísico. O fato de recusar a ideia da existência contingente das coisas sociais e culturais, não obriga necessariamente a acreditar na existência de uma espécie de corpo total e homogêneo do mundo (e a respeito do qual, por outro lado, caberia interrogar-se não somente sobre a sua génese, como também sobre a sua manutenção).

A *fortiori*, nenhuma intelecção do fenómeno “mundialização” é possível sem aprender a designar as dinâmicas históricas do fenómeno, as energias sociais que o atravessam, os conflitos políticos que imprimem nele as sua formas atuais. Ora, estes movimentos, constitutivos do mundo social e histórico actual, se conseguir discerni-los, não podem nos levar a duvidar dos jogos de forças e cacifes que devem ser detectados. Tal como o historiador faz presunções, na sua pesquisa sobre as potências imanentes em jogo nas relações sociais, o analista da situação mundial actual deve tentar trazer à luz as fontes a partir das quais decorrem os movimentos observados.

3. A MUNDIALIZAÇÃO E AS MITOLOGIAS

Um termo que encerra os debates, de maneira abrupta, será útil para o conhecimento das relações sociais contemporâneas? Um termo espectacular, imposto, no centro de toda e qualquer análise? Este termo é a “mundialização”, meia noção, meia imagem, que leva à representação de uma totalidade sem diferenças – o mundial – destinada a dar a chave de todos os fenómenos económicos, desde os mais dramáticos (desemprego, exclusão) até os mais apreciados neste plano (os ganhos financeiros dos *golden boys*). Consideramos esta situação, antes como uma arrogância cega. De toda maneira, achamos que este recurso à noção de “mundialização” é formulado essencialmente como um alibi. Esta noção, em suma, desvia e esconde na medida do possível, ora uma certa preguiça do pensamento, ora um desconhecimento global do fenómeno.

Neste sentido, cada vez que o debate sobre a mundialização é lançado, cabe em primeiro lugar, concentrar a atenção sobre o uso sempre possível deste termo na forma de alibi. Decerto convém, para não dizer que é imperativo, tentar compreender a lógica de um certo estado do mundo actual, em particular quando se deseja ajustar

pertinentemente, as reacções que se impõem. Entretanto, a través da expressão “mundialização”, convoca-se, a despeito das regras conceptuais mais elementares, ao mesmo tempo, uma causa única e uma causa sem consistência.

Já se sabe que a aplicação da noção de causalidade –abstráida do contexto das ciências da natureza e encarada como um modelo explicativo – a fenómenos sociais e históricos, não é evidente. Pois, o recurso a uma causalidade de tipo mecânica – todo fenómeno tem uma causa, um efeito determinado é produzido de uma única maneira – implica na contiguidade entre o motor e o fenómeno. Em outras palavras, uma causa mecânica define uma relação mecânica–produtiva segundo a qual, tudo que acontece supõe antes, algo que o origina seguindo uma regra. Ora, em matéria social e histórica, os historiadores observam este fato constantemente, nenhum fenómeno pode se limitar a apenas um sistema mecânico de causalidade. Quer, sumariamente, porque as causalidades são sempre desdobradas (e em interacção), até “sobre-determinadas”, quer, mais adequadamente, porque todo fenómeno histórico depende de um processo de gestação específica, sem nenhuma analogia com os fenómenos da natureza. Este termo “processo” é entendido aqui como as funções activas, cuja consistência resulta de estruturas e conjunturas e cuja eficácia é afectada por conflitos entre interesses opostos.

Quanto à invocação de uma causa única, nesta matéria histórica, ela só é possível, se desprezarmos completamente as relações de forças contraditórias que estruturam os corpos sociais e as relações internacionais. Pois, a dinâmica distintiva dos corpos sociais (nacionais ou mundiais) proíbe que se considere os eventos de outra maneira senão em referência a uma cristalização, no tempo e no espaço, de relações, situações ou tendências divergentes. Um fenómeno social, qualquer que seja a sua amplitude, somente pode ser compreendido relacionando-o, com o jogo das forças das sociedades que formam a substância da sua realidade. Reportar uma série de fenómenos de horizontes diferentes à “mundialização”, sem pensar na lógica das instâncias das quais eles dependem, explica tão pouco quanto designar a imigração como a primeira causa do desemprego.

Além disso, a “mundialização” não designa nenhuma força social precisa e não desvela nenhuma responsabilidade. Também, não amarra nenhuma intenção à uma relação social clara ou pertinente, a partir da qual um encorajamento, um domínio ou ao contrário uma oposição poderia ser pensada. Esta “causa” não funciona, portanto, apenas como causa primeira e única e não tem nenhuma consistência. A “mundialização”

– como acontece no sistema de causalidade "Maastricht"⁽¹⁰⁾ ou "Europa" – expressa apenas uma situação mundial fictícia: uma situação económica na qual ninguém teria influência, algum destino moderno, alguma bruxa solta, operador de felicidade ou de desgraça cuja ininteligibilidade é total.

Por isso é que podemos perguntar se a expressão "a mundialização" – no sentido "a culpa é da..."- não faria o papel de uma simples ficção política e económica. Poder-se-ia, a este respeito, falar pertinentemente de "mito" contemporâneo. Desde que se precise que, a função política do mito, no sentido moderno do termo, é de produzir uma falsa evidência explicativa a partir da invocação de uma natureza ou destino. O mito, neste sentido, é suficientemente rico para ser o fiador de formas significativas infinitas.

Roland Barthes, nos anos 1960, lembrava a este respeito, que o mito (moderno) não esconde nada, não exhibe nada, porém deforma. Não convém acreditar que o mito, do qual temos neste caso uma figura específica – a da "mundialização – constitui uma mentira. O mito contribui, mais exactamente, a definir uma inflexão do discurso cujo princípio visa transmutar a história em natureza (*Mythologies, Paris, Seuil, 1957*). Na narrativa constitutiva do mito, as palavras parecem com imagens. Vêm substituir-se aos conceitos que se poderia esperar do discurso explicativo e são percebidas como sistemas indutivos. No mito "da mundialização", "mundial" aparece como um sistema de fatos dados, o conceito do "mundo" é naturalizado e o resultado é que se espera da "mundialização" que ela explique, de maneira adequada, os acontecimentos atuais e até mesmo, o estado do mundo contemporâneo.

Por conseguinte, não é de se estranhar, ver "a mundialização" produzir tantos consentimentos voluntários, tantas adesões implícitas, mesmo com significados divergentes. Alguns, por exemplo, transformam a "mundialização" em uma saída para seus próprios impasses teóricos, mostrando de passagem, como o mito fabrica uma palavra "despolitizada". Nas suas mãos, a "mundialização" torna-se, o termo que restitui uma imagem aonde seria melhor dar um sentido global a fenómenos penosos, ressentidos como um grande abalo. Uma vez que, neste quadro, os acontecimentos perdem a sua relação com alguma fonte e a sua função em processos determinados, o mundo parece ingressar numa espécie de conspiração planetária, na qual e pela qual seríamos ultrapassados. Que "o mundo" tenha o lugar de uma causa, parece evidente;

(10) Lugar onde foram assinados os acordos de Maastricht (Países Baixos), em 1992, "O tratado da União Europeia".

sentimo-nos confortados pela falsa clareza desta denominação que passa sob silêncio a história, o impasse das relações de força e que contorna as relações sociais.

Outros ainda, não satisfeitos, passam da tese da conspiração contra a diatribe da denúncia dos “autores” desta conspiração, versão contemporânea do bode expiatório, especialidade da extrema direita, há muito tempo! Os responsáveis da extrema direita chegaram a associar, em bloco, a mundialização e seus efeitos “diabólicos”, com uma “conspiração mundial” (citado no jornal *Liberation*, 15 de março de 1997). Vê-se aí, evidentemente, que o motivo da insignificância política do discurso sobre a “mundialização” encontra-se na maneira de resolver os problemas com a eficácia de uma certa desenvoltura. Mesmo se a tese da conspiração, por si, procura mais estabelecer esquemas de explicação, destinados unicamente a mascarar as dificuldades para apreender pertinentemente os processos sociais e políticos em jogo.

Basta, porém, recolocar por um instante, o termo da “mundialização” em um discurso mais amplo, para avaliar melhor, o esvaziamento do real operado pelo mito. Imaginemos a falsa clareza produzida por uma “mundialização” que reveste a forma de um destino e cujo carácter constrangedor incontornável continua sendo o aspecto imediatamente perceptível. A nova ordem do mundo não teria outro significado senão o de propagar as ordens irrevogáveis de alguma potência que determinaria o rumo dos acontecimentos sem que o homem tenha a sua parte de responsabilidade. Entende-se por aí, bem como esta proposta visa essencialmente fabricar uma aceitação relativa dos “declínios” ou dos “fins” constatados (“fim” da história, “fim” dos Estados-Nações, até “fim” das sociedades em benefício das “redes”, etc.). Entretanto, o curioso é que este mesmo destino pode reverter-se, quase por milagre, em discursos completamente opostos. Neste caso, aceitamos de bom grado, uma mundialização que deveria nos salvar da crise pela dupla proximidade de uma sociedade rica em relações mundiais (versão Internet das redes flexíveis, distribuindo a “liberdade”) e de uma “sociedade planetária”. Na verdade, a submissão ao destino e o encanto pelo milagre depende mais da nossa posição social em relação aos acontecimentos citados ou comentados: pânico frente aos acontecimentos que parecem ultrapassar-nos, ou lirismo aprovador, frente a acontecimentos que nos satisfazem (uma estratégia, uma carreira).

4. AS QUESTÕES ECONÓMICAS

A) A mundialização não é de facto, uma novidade

Para os economistas e a maioria dos pesquisadores em ciências sociais, as análises retrospectivas referem-se no máximo, à um período de uma a duas décadas. Neste horizonte, não há dúvida que a economia internacional tenha registrado transformações consideráveis. O diagnóstico porém, é bem diferente se considerar-se o tempo longo do capitalismo. Os anos 1990 são novos em relação aos anos 1960, embora numerosas características contemporâneas já pudessem ser observadas na véspera da Primeira Guerra Mundial.

No que diz respeito ao comércio e investimentos directos no exterior, o grau de abertura das economias industrializadas é hoje quase equivalente ao que era no início deste século. Particularmente dinâmico, o investimento financeiro é sempre direccionado para os países emergentes: a Rússia e os países latino-americanos nos anos 1900, a Ásia nos dias atuais. O desenvolvimento das telecomunicações, ontem o telegrafo, hoje o satélite e a rede Internet, permitem propagar as notícias, de um mercado financeiro para outro, muito mais rapidamente que no passado. As crises e escândalos financeiros contemporâneos não deixam de lembrar os célebres episódios do passado (o ocorrido no canal do Panamá, nos anos 1880, por exemplo), seguindo o processo bem regulado do impulso e depois do estouro das bolhas especulativas. O desmoronamento dos regimes comunistas denota também uma configuração europeia e certas estratégias nacionais que lembram o contexto do início deste século (Boyer, Dewitte, Giraud, 1997).

Seria erróneo, entretanto, deduzir a partir daí, a identidade das configurações do regime internacional pois a história raramente se repete de maneira idêntica.

Recentemente, desenvolveram-se zonas económicas, que tem o mérito e o objectivo, precisamente de tentar tirar o melhor proveito das interdependências estratégicas entre diversos domínios e países, cujos interesses podem transitoriamente divergir. Não é irónico que o tema da globalização apareça logo no momento em que constituem-se três grandes zonas económicas: Nafta na América do Norte, a União Europeia e uma integração económica de fato, da Ásia do Sudeste no quadro institucional flexível e pouco coercivo do ASEAN? O projecto da moeda única europeia pode, pois, ser interpretado como a expressão da vontade dos governantes de contornar a inexistência de um sistema financeiro internacional coerente e de ter algum peso nas negociações que estão por vir sobre um sucessor ao sistema de Bretton Woods. Quanto ao “Grande Mercado Europeu”, o projecto inicial de Jacques Delors visava consolidar o estilo das instituições nacionais, marcadas por um Estado intervencionista e uma cobertura social ampliada, e liberar-se parcialmente dos áleas e dos choques vindos do resto do mundo. O termo globalização deveria então ser substituído por “triadisação” que

Kenichi Ohmae contribuiu a lançar! Embora não seja mais feliz, este termo, entretanto, é mais fiel às tendências em jogo.

Enfim, última ironia, o agravamento dos déficits públicos, observado nos anos 1970 e 1980, incentivou os Estados, a uma nova descentralização e a uma regionalização da gestão dos bens colectivos locais, tais como as infra-estruturas de transporte, da educação, da formação e até mesmo os auxílios ao desenvolvimento e à inserção social dos desempregados. Descobre-se então, que a densidade das relações entre os actores locais (empresas, municípios, universidades, centros de pesquisas, sindicatos) pode ter um papel determinante na competitividade de determinadas actividades industriais e de serviços. Os distritos industriais italianos parecem ter o seu equivalente no Bade Wurtemberg, assim como em certas prefeituras japonesas.

O neologismo já invocado, a “glocalização” expressa, ao seu modo, esta subtil sinergia entre instituições locais infra-nacionais e a competitividade tão apreciada nos mercados internacionais. O espaço das regiões, ou ainda das grandes aglomerações, permite, em parte, a reconstrução de algumas instituições económicas que durante os anos fordistas, eram exclusivamente nacionais.

O entrelaçamento destes diversos determinantes é tão complexo que a maioria dos responsáveis por decisões privados e políticos preferiram, logicamente, o conceito erróneo mas simples, de globalização àquele mais pertinente porém complicado da ordem “entrelaçada”. Isto não é motivo para que analistas e pesquisadores façam o mesmo pois, cedo ou tarde, os limites da configuração actual levarão a uma redefinição de uma ordem internacional digna desse nome. Onde está, porém, o economista e diplomata tão talentoso quanto John Maynard Keynes que terá a audácia de imaginar, de negociar para depois implantar um verdadeiro substituto ao sistema do pós-Segunda Guerra Mundial? (Boyer, Dewitte, Giraud, 1997).

B) Rumo a um sistema produtivo integrado mundial

A transnacionalização das empresas não é mais, um fenómeno novo⁽¹¹⁾. Este fenómeno enraíza-se na própria dinâmica do capitalismo, como Marx já o destacava há cento e cinquenta anos! Entretanto, foi sobretudo no pós-guerra que o processo se desenvolveu, principalmente sob o impulso das empresas americanas e no novo contexto da liberalização institucionalizada das trocas⁽¹²⁾. É claro que ainda hoje, as firmas

(11) Sobre o histórico, ver Maddison (1989), Dunning (1993-a, 1993-b), Bairoch (1994, 1997), Wilkins (1975). No *World Investment Report*, (capítulo 3) pode ser encontrado um excelente resumo histórico da transnacionalização das empresas e da globalização dos mercados e da produção.

(12) Aplicando a teoria do ciclo de vida ao fenómeno, Hirsch (1967) e Vernon (1966, 1971) foram os primeiros autores que trataram da multinacionalização das firmas em uma perspectiva radicalmente

americanas estão no centro do fenómeno, assim como os Estados Unidos ainda são, o principal país de origem dos investimentos directos no exterior. A prova, muito eloquente é que, segundo a CNUCED, as cinco maiores empresas transnacionais americanas, controlariam 19% dos investimentos directos no exterior, as dez primeiras, 33% e as cinquenta primeiras 63% ou ainda, o fato que um quarto dos investimentos directos no mundo, são originários dos Estados Unidos. Também é claro, ainda hoje, que conquanto existe uma relação muito estreita entre os investimentos e o comércio, existe paralelamente, uma relação entre a localização geográfica dos investimentos e o nível de desenvolvimento dos mercados. Entretanto, estas realidades, tão fortes elas sejam ainda, não devem levar-nos a menosprezar o fato que se o fenómeno de transnacionalização das empresas possui a sua própria dinâmica, esta dinâmica está alimentada pelo ambiente económico do país de origem tanto quanto pelo país receptor (Dunning, 1996). De fato, este processo encontra a sua finalidade e a sua razão de ser, tanto na maneira como as empresas pretendem tirar proveito das diferenças existentes entre as economias nacionais num mundo segmentado em tantos espaços quanto há de Estados soberanos, quanto na maneira como elas organizam e dividem as actividades entre as diversas unidades de produção que compõem as suas redes. Observa-se aqui, no nível da economia mundial, o que pode ser chamado uma dialéctica da homogeneização e da diferenciação.

Para resumir, o que esta sendo implantado, não seria nada senão um sistema de produção cada vez mais integrado na escala mundial. Esta evolução seria associada a duas causas: a primeira se deve ao fato que as unidades componentes do sistema, no caso, as diversas filiais dos grupos transnacionais, estão interconectadas em redes, cada filial encontrando o seu lugar no sistema, em função da aplicação de estratégias cada vez mais globais de gestão, produção e investimento por parte dos grupos dominantes. A segunda causa é imputada às redes cada vez mais e mais complexas, cujas fronteiras e alcance das operações são também cada vez mais difíceis de se apreender sobretudo que essas redes se cruzam e se embaralham entre elas. Partindo destes elementos, podemos tirar três conclusões principais: primeiro, tudo acontece como se as empresas estivessem reproduzindo na cena internacional, o mesmo modelo de integração corporativa que aquele encontrado outrora, dentro das fronteiras nacionais; segundo, as modalidades de integração das economias nacionais com a nova economia mundial

diferente da teoria clássica do comércio internacional. Embora a sua teoria seja abandonada hoje, estes dois autores contribuíram amplamente para a renovação dos debates teóricos, transformando a empresa multinacional em um objecto de pesquisa na área de economia política das relações internacionais.

estão cada vez mais determinadas pelo lugar que as empresas multinacionais irão ocupar dentro deste sistema de produção internacional; e enfim, com a emergência deste novo modelo de organização da produção na escala mundial, estaríamos assistindo paralelamente, à emergência de um novo modelo de integração económica internacional. Este modelo é qualificado pela CNUCED como integração “profunda” (“*deep integration*”) para melhor distingui-lo do modelo anterior qualificado de integração “superficial” (“*shallow integration*”), uma vez que estaríamos assistindo à passagem de uma integração pelo comércio, para uma integração pelas cadeias de produção (e de valor).

Em suma, embora esta nova realidade representada pela globalização, ainda seja “percebida de maneira confusa”, não impede que a transnacionalização crescente das actividades das empresas tenha por efeito de modificar completamente não somente, a natureza das relações entre os Estados no seio da economia mundial, como também a maneira da integração dos diversos espaços económicos que a compõem.

Portanto, como todos concordam, estas novas tendências impelem fortemente para a uma reforma profunda dos quadros normativos que regeram até então as trocas internacionais; entretanto, o caminho que deve levar a esta reforma está longe de ser tão linear quanto o deixa acreditar, uma certa concepção funcionalista da cooperação económica internacional⁽¹³⁾. De fato, não somente devemos levar em consideração que os Estados são solicitados por duas forças contraditórias, as que emergem do próprio sistema económico internacional e as que emergem do papel que devem ter em relação com a sua própria sociedade civil⁽¹⁴⁾, como devemos também considerar as interacções complexas que se tecem entre as estratégias pró competitivas usadas pelos governos para assegurar o crescimento em uma economia aberta e as usadas pelas empresas para assegurar a sua própria rentabilidade dentro do sistema mundial. Por sua vez, este sistema, ao tornar-se mais aberto, oferece uma margem maior de liberdade para as firmas multinacionais, embora ao mesmo tempo, ele impõe formas e modalidades de concorrência também profundamente transformadas.

C) Paul Krugman e o comércio internacional

(13) Como o observa muito pertinentemente Allais (1997), os debates atuais sobre a globalização têm o mérito de lembrar que o mundo da empresa e o dos Estados Nações obedecem a ordens de racionalidade diferentes, antagónicas um ao outro embora indissociáveis. Stopford, Strange e Henley (1991) avançam muito mais na discussão: o que estes debates mostram, observam, é que os Estados não mais rivalizam entre si para “produzir potência” porém para criar riqueza. O novo paradigma da segurança passa doravante pela economia e pela capacidade dos Estados em dominar o novo jogo da negociação triangular: de governo a governo, de governo à companhia e de companhia à companhia. E, embora as regras do jogo sejam iguais para todos, esta capacidade quanto a ela, está longe de ser igual para todos os Estados.

(14) Refiro me aqui ao conceito de “*two-level game*”, introduzido por Putnam (1988).

O debate, porém, não para por aí. As contribuições maiores de Paul Krugman, especialista americano do comércio internacional, fazem desaparecer os clichés muito simplistas e espalhados, tanto na direita como na esquerda, sobre a mundialização e os males económicos e sociais que lhe são atribuídas. O comércio internacional não é um jogo sem aposta e as trocas beneficiam frequentemente todos os parceiros. Ele demonstra que a economia mundial é um sistema complexo de relações cujos efeitos são retroactivos, e não um encadeamento de causas mecânicas em sentido único. Fiel seguidor de Ricardo e de Turgot, ele revolta-se contra os incultos da economia e as suas teorizações “pop” (segundo a denominação krugmaniana) causadores de estragos. Entre estes ignorantes, encontram-se numerosos autores de *best sellers*, como Robert Reich, ex-conselheiro de Clinton, Lester Thurow, ou ainda John Sculley. Ao qualificar os manuais sobre o comércio internacional de “tecidos de inépcia”, ele levanta nas suas obras, os erros mais espalhados, em seis pontos, que resumirei como segue: 1) a mundialização e a abertura das economias é um fenómeno antigo, ao contrário do que se acredita geralmente; 2) somente as empresas estão em concorrência e não os estados; 3) a produtividade elevada é uma boa coisa, permite produzir mais e por conseguinte, consumir mais; 4) a conquista dos sectores com alto valor agregado é uma estratégia idiota, devendo um país deixar que lhe sejam impostas as actividades para as quais o seus habitantes são mais dotados; 5) o comércio internacional tem uma fraca incidência sobre o emprego; 6) a mundialização não tem praticamente nenhuma influência na escala das rendas.

Krugman está convencido que o verdadeiro problema da distribuição das rendas encontra-se no interior dos países e não entre eles. Isto é particularmente verdadeiro no Brasil. Embora aprove numerosas ideias de Krugman, citarei apenas um número para reflectir sobre a desigualdade mundial: o presidente da Disney (M. Eisner) ganha, por hora, mais que um habitante de Haiti durante dezasseis anos.

5. A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL: A METROPOLIZAÇÃO

Uma observação preliminar. O novo ministro do planeamento do território na França, a Sra. Dominique Voynet (do partido Verde), adoptou em 1998 uma estratégia diferente daquela dos seus predecessores. Tradicionalmente, as medidas de planeamento do território eram ditadas pela preocupação de conceder compensações para as zonas rurais isoladas ou para as regiões economicamente sinistradas. A ministra quer romper com esta visão “*ruralista*” considerada por ela como assistencial, ou de migalhas *clientelistas*, e “*favorecer a emergência de novos pólos de desenvolvimento a*

partir das aglomerações”. “A ajuda económica e os programas de infra-estrutura” deveriam doravante ser dirigidos, principalmente, para as cidades que concentram 80% da população, para que estas cumprem mais intensamente e melhor o seu papel de impulso em relação às zonas peri-urbanas e às cercanias rurais.

Contrariamente às leis anteriores, a nova lei de planificação deveria, pois, reconhecer o papel motor das aglomerações na redução das desigualdades territoriais. Observemos agora quais são os fundamentos teóricos da acção do ministro.

Quando falamos da economia mundial, pensamos espontaneamente em um mosaico de economias nacionais que fazem trocas entre si, são concorrentes, convergem e divergem. Ora, esta imagem não é nem falsa, nem completamente correcta. Pois, a “mundialização” está longe de apagar o fato nacional. O único mundo realmente globalizado é o da finança. Na economia real, estamos ainda muito longe de um mercado mundial unificado e homogéneo (ainda não é o caso na Europa, depois de décadas de construção do mercado dito “único!”). Quanto aos Estados, eles continuam tendo um papel crucial, nem que seja por causa dos investimentos na formação dos homens, nas infra-estruturas de transporte e na protecção social ...

Por outro lado, a mundialização corresponde de certo, a uma transformação profunda da economia em mosaico de nações. A explosão, desde 1985, do investimento directo no exterior, conforme vimos, levou à criação de vastas redes transnacionais de produção e não mais, apenas às trocas. Duas constatações esclarecem a lógica destas novas estruturas.

Por um lado, o papel crescente das relações de proximidade. Com a queda regular de todas as barreiras nacionais, entre outras, pela redução dos direitos alfandegários, constata-se uma volta da geografia no sentido ordinário do termo. As relações de proximidade adquirem um papel mais importante, em todas as escalas. Por exemplo, com a queda do muro de Berlim, a Europa descobre-se novamente, não somente como uma entidade social e histórica mas também, como uma entidade geográfica. Percebe-se que Praga ou Varsóvia são muito próximas dos centros industriais do Oeste. As geografias centradas sobre as bacias marítimas reaparecem, continuando sendo o mar, o meio de transporte de longe, menos oneroso. Novos “Mediterrâneos” formam-se, como na Ásia do Leste.

A segunda constatação é a “metropolização” da economia mundial. Todos os observadores concordam neste fato: o crescimento, a potência e a riqueza estão cada vez mais concentrados em um número limitado de pólos enormes. A produção de Tóquio corresponde a cerca de duas vezes a do Brasil. A de Chicago pode ser comparada a do

México. No México, a metade pelo menos da actividade está concentrada na cidade de México. O orçamento do departamento dos Hauts de Seine (oeste de Paris) equivale ao orçamento da Bélgica. Os exemplos, poderiam ser multiplicados ao infinito. O desenvolvimento das metrópoles é que puxa as economias. As trocas ocorrem, menos entre as nações, que entre estes pólos que tendem a organizar-se em redes, como uma economia de arquipélago onde as zonas intermediárias são cada vez mais ignoradas.

Para entender o papel das grandes cidades no tempo da mundialização, a oposição clássica cidade-campo, torna-se menos pertinente que aquela muito utilizada por Fernand Braudel: a oposição entre as economias “urbanas” e as economias “territoriais”. As cidades, como todos sabem, geraram e abrigaram os primeiros êxitos capitalistas. As economias urbanas, frequentemente ligadas às redes marítimas, eram, pois, economias muito mais ágeis que as economias territoriais em construção que haviam de enfrentar a terrível resistência das distâncias terrestres para o deslocamento dos homens e dos bens. Pode-se, pois, opor as “cidades-mundos” de Braudel e às economias compactas, como a da Holanda do século XVII, às economias da França ou da Espanha, onde a laboriosa construção do Estado não pode ser dissociada do controle de territórios muito estendidos (para os meios de transporte da época). As economias urbanas foram se dissolvendo depois, lentamente mas firmemente, nas economias nacionais. Num primeiro tempo, os Estados recolheram receitas destes focos de criação de riqueza e ainda hoje, o privilégio concedido às cidades em relação ao campo, em numerosos países em via de desenvolvimento, na África por exemplo, está associado ao fato que as economias urbanas são mais fáceis de serem taxadas. Porém, com o advento do capitalismo industrial, a economia nacional digeriu completamente as economias urbanas. Este processo terminou recentemente na França onde uma economia nacional integrada constituiu-se, essencialmente depois da guerra. Foi durante este período que a economia parisiense descentalizou-se e que as indústrias deixaram a capital para espalhar-se no território⁽¹⁵⁾.

Ora, podemos nos perguntar se não estamos entrando actualmente em um novo ciclo das economias “urbanas”? Alguns indícios sobre essa questão merecem uma reflexão.

O primeiro é a concentração espacial dos focos de crescimento, já evocada. O desenvolvimento espectacular da China, por exemplo, concentra-se em alguns pólos litorâneos. O êxito das cidades-Estados como Cingapura ou Hong-Kong é surpreendente. A metropolização da economia é um processo comum a todos os países desenvolvidos.

(15) Pierre Veltz conduziu uma reflexão em torno da questão da metropolização, ver Veltz, 1996.

Na França, apesar de todos os esforços em matéria de descentralização, Paris, não somente manteve o seu lugar na economia nacional como também cresceu. Na Grã-Bretanha, a metrópole londrina estende-se em por todo o conjunto do Sudeste. No Japão, a estrutura urbana que era multipolar, torna-se cada vez mais monopolar, em torno de Tóquio. Ainda poderíamos evocar o caso dos países do terceiro-mundo cuja “macrocefalia” atinge às vezes proporções extravagantes, porém depende de lógicas muito diferentes.

Um segundo indício é a desconexão crescente entre a economia dos centros e a das periferias. Todos lembramos da representação geográfica da França a través a estrutura piramidal das regiões, dos departamentos, dos distritos (“*arrondissements*”), dos centros dos cantões. Nesta representação, o destino da periferia está associado ao destino do centro. Se a capital for dinâmica, esta difunde riquezas para a periferia. Em sentido inverso, a periferia nutre a capital (no sentido próprio e figurado). Ora, esta representação é cada vez mais falsa. Hoje, em vez deste esquema “vertical” (como as bonecas russas), instaura-se um sistema “horizontal” onde os grandes pólos estão cada vez mais acoplados directamente entre si. O TGV (trem de grande velocidade) reuniu as economias de Paris e de Lyon. Os efeitos positivos, porém, se fizeram pouco sentir Mâcon ou em Dijon. Toulouse é hoje uma cidade muito dinâmica inserida numa região que não é dinâmica. Na realidade, a sua economia está estreitamente associada a de Paris. O que é verdadeiro na escala nacional também o é na escala internacional. Os fluxos que crescem mais rapidamente na Europa são, de longe, os fluxos entre capitais.

O que acontece, neste contexto, com a solidariedade entre territórios? É uma questão essencial. Se as periferias estão em parte desconectados da economia das grandes cidades, o seu destino continua associado a elas, pelo viés das redistribuições estatais. Alguns dirão que estas periferias, hoje, pesam mais sobre as economias metropolitanas do que as nutrem (pois não servem mais, como no passado, de reservatório de mão-de-obra pouco ou meio qualificada). Na geografia como na sociedade em geral, o drama dos pobres é que os ricos precisam cada vez menos deles! É preciso sublinhar, entretanto, a importância dos fluxos da redistribuição que pelo viés dos orçamentos do Estado e da Previdência Social, são dirigidos das capitais (zonas de rendas altas) para as periferias, limitando, desse modo, as desigualdades territoriais que cresceram, apesar de tudo, na última década. Estes fluxos são muito superiores às despesas explícitas do planeamento do território, como os fundos estruturais europeus. O emprego público representa um dos mecanismos chave desta redistribuição. Na França, numerosas cidades médias dependem fortemente do emprego público directo e

dos empregos decorrentes da despesa pública. Este equilíbrio é frágil e a manutenção desta solidariedade é uma questão crucial.

Finalmente, duas grandes linhas de reflexão podem ser sugeridas, para entender o processo da metropolização que acabamos de descrever. A primeira linha leva à “economia relacional”. Estamos vivendo uma mudança profunda dos modos de produção da riqueza. Estamos passando de uma economia baseada na produtividade de operações, mais ou menos estandardizadas, para uma economia na qual a performance económica (custo, porém também qualidade, inovação) fundamenta-se na qualidade das relações entre os actores. Esta “economia relacional” diz respeito evidentemente aos serviços propriamente ditos (onde a eficácia está na própria relação) mas também aos sectores manufactureiros onde as actividades giram em torno de grandes sistemas técnicos cuja fiabilidade depende directamente da qualidade da comunicação entre os homens. Nesta economia, a divisão do trabalho inspirada do taylorismo - que permitia por exemplo, separar nitidamente as tarefas da concepção, das tarefas da execução, separá-las tanto na organização como no espaço – torna-se um obstáculo ao bom desempenho. As reviravoltas permanentes entre actores no seio da firma, entre as firmas e os seus fornecedores, seus clientes, o ambiente institucional, estão no centro da eficácia. E estão facilitados, é claro, por uma geografia compacta (as redes telemáticas têm uma eficácia ainda limitada quando se trata de trocas complexas). A segunda linha diz respeito à “economia da incerteza”.

A globalização leva a um universo económico cada vez mais imprevisível. No que concerne às firmas, elas devem ser capazes de reorientar-se muito rapidamente. Quando se pilota um pacote, não é fácil. Daí a irresistível lógica que tende a substituir os pacotes por flotilhas: externalizar, terceirizar, organizar a produção em redes de geometria variável. O grande paradoxo é pois, que a economia moderna clama ao mesmo tempo, por mais integração e mais desintegração. A empresa vem substituir “redes com valor adicionado” que se fazem e se desfazem de maneira flexível. A metrópole facilita essas mudanças porque funciona como um grande comutador que permite a organização flexível das cadeias produtivas. Ela constitui também, um tipo de “seguro”, neste sentido que ela permite às firmas, de enfrentar as mudanças, apoiando-se em vastos mercados de mão-de-obra e de serviços privados e públicos. Em particular, ela reduz os preços de saída de uma actividade: fechar uma usina, hoje, é mais fácil na Ile de France do que no Limousin...

6. CONCLUSÕES

Cabe agora decidir com clareza (cientificamente?) sobre a mundialização, entendida doravante, como um fenómeno construído. Importa também colocar a sua lógica em perspectiva: não seria um antigo fenómeno amplificado (diferença de grau), de um novo fenómeno (diferença de natureza), de um projecto a realizar ou da extensão de uma tendência observável nos “blocos” do pós-guerra?

Se estas perguntas puderem ser respondidas, é certo que a situação da nossa época será esclarecida. Não é impossível, pois, que o sucesso do termo “mundialização” seja tão grande que ninguém possa entrever, nas condições atuais, a emergência potente de forças que viriam substituir aquilo que está se desenvolvendo. De uma certa maneira, a ausência de utopia alternativa à celebração da mundialização, leva à perda da esperança de qualquer possibilidade de esclarecimento. A “mundialização” funciona enquanto ninguém tem outra coisa a propor. O antigo registro da crítica, no qual a perspectiva do “internacional” levava os entusiasmos a uma outra configuração possível, tornou-se, com toda razão, uma dimensão ultrapassada. Qual será a alternativa?

EPILOGO

Uma citação de Dany Cohn-Bendit⁽¹⁶⁾: “Os países industriais avançados estão descobrindo que o mundo não é feito apenas de consumidores mas também de produtores. Quando o mercado torna-se mundial, todos os países exigem que sejam tratados em pé de igualdade. Esta posição modifica as relações comerciais internacionais e é inevitável; quanto à mim, digo “Viva a mundialização”, porque esta significa que, em outros lugares, as condições de vida melhoram e que a reivindicação do bem-estar não se limita apenas ao perímetro restrito das nações já desenvolvidas. É uma ideia universal. É preciso, pois, repensar a organização do mercado mundial” (Cohn-Bendit, 1998).

Nota: O autor agradece a Elisabeth Delière Vasconcelos pela sua tradução e a Pedro Vasconcelos pela leitura crítica do artigo.

BIBLIOGRAFIA

- ADDA J. (1996) - *La mondialisation de l'économie*, Paris, La Découverte, vol. 1. *Genèse*, 128 p., vol. 2. *Problèmes*, 128 p.
- ALLAIS M. (1997) - Ce qui doit arriver arrive. La pensée de Jacques Rueff et la crise d'aujourd'hui, *Commentaire*, 77, 15-25
- ANDREFF W. (1996) *Les multinationales globales*, Paris, La Découverte, 124 p.
- BAIROCH P. (1994) *Globalization, mythes and Realities : one Century of External Trade and*

(16) Daniel Cohen-Bendit era o líder dos movimentos estudantis na França em 1968. É actualmente, deputado europeu (pelo partido dos Verdes) eleito na Alemanha.

Foreign Investment, in R. Boyer et D. Drache (dir.) *The Future of Nations and the Power of Markets*, Toronto, Toronto University Press

- BAIROCH P. (1997) - *Histoire économique du monde du XVIe siècle à nos jours*, Paris, Gallimard
- BEAUD M., DOLLFUS O., eds. (1999) - *Mondialisation. Les mots et les choses*, Paris, Karthala, 358 p.
- BENKO G. (1996) - *Economia, espaço e globalização, na aurora de século XXI*, São Paulo, Hucitec, 266 p.
- BENKO G. (1998) - *La science régionale*, Paris, PUF, 128 p.
- BENKO G. (1998) - *The impact of technopoles on regional development. A critical review*, Paris, OCDE, Working Document, 31 p.
- BENKO G. (1998) - El impacto de los tecnopolos en el desarrollo regional. Una revisión crítica, *Eure - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 24, 73, 55-80
- BENKO G. (1999) - La mondialisation de l'économie n'est pas synonyme d'abolition des territoires, in CORDELLIER S., ed., *Le nouvel état du monde : les 80 idées-forces pour entrer dans le 21e siècle*, Paris, La Découverte, 128-130
- BENKO G., CICOLELLA P., LIPIETZ A., eds. (2000) - *Economia y espacio : entre el mundo y la región*, Buenos Aires, EUDEBA
- BENKO G., LIPIETZ A., eds. (1992) - *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique*, Paris, PUF, 424 p.
- BENKO G., LIPIETZ A., eds. (2000) - *La richesse des régions*, Paris, PUF, 566 p.
- BOYER R. (1997) - *En quoi et pourquoi les théories macro-économiques contemporaines sont-elles nouvelles?*, Paris, CEPREMAP, Notes de Recherche, n° 9713, 28 p.
- BOYER R. (1998) - *Evolution des modèles productifs et hybridation: géographie, histoire et théorie*, Paris, CEPREMAP, Notes de Recherche, n° 9804, 62 p.
- BOYER R. (1998) - *Heures et malheures de l'industrie française: 1945-1995. Essor et crise d'une variante étatique du modèle fordiste*, Paris, CEPREMAP, Notes de Recherche, n° 9805, 34 p.
- BOYER R., DEWITTE P., GIRAUD P.-N., et al. (1997) - *Mondialisation, au-delà des mythes*, Paris, La Découverte, 174 p.
- BOYER R., DRACHE D., eds. (1996) - *States Against Markets. The Limits of Globalization*, London, Routledge, 448 p.
- CLAVAL P. (1997) - La métropolisation et la nouvelle distribution des acteurs sur la scène politique mondiale, in CLAVAL P., SANGUIN A.-L., eds., *Métropolisation et politique*, Paris, L'Harmattan, 37-51
- CLAVAL P., SANGUIN A.-L., eds. (1997) - *Métropolisation et politique*, Paris, L'Harmattan, 316 p
- COHN-BENDIT D. (1998) - *Une envie de politique*, Paris, La Découverte
- DEBLOCK C. (1997) - Du plein-emploi à la compétitivité, in Crépeau F., ed., *Mondialisation des échanges et fonction de l'État*, Bruxelles, Bruylant, 63-122
- DEBLOCK C., BRUNELLE D. (1998) - Les États-Unis et le régionalisme économique dans les Amériques, *Revue, Études internationales*, 29, 2, 287-330
- DEBLOCK C., BRUNELLE D. (1999) - Globalisation et nouveaux cadres normatifs. Le cas de l'Accord multilatéral sur l'investissement, *Géographie Économie, Société*, 1, 1, 49-95
- DOLLFUS O. (1997) - *La mondialisation*, Paris, Presses de Sciences Po, 166 p.
- DUNNING J. (1993) - Governments and Multinationals : From Confrontation to Cooperation ?, in Lorraine E., Potter E., eds., *Multinationals in the Global Political Economy*, Londres, Macmillan, 59-83

- DUNNING J. (1993) - *Multinational Enterprises and the Global Economy*, New York, Addison-Wesley Publishing Company
- DUNNING J. (1996) - The Geographical Sources of the Competitiveness of Firms : Some Results of a New Survey, *Transnational Corporations*, 5, 3, 1-29
- FONTAN J.-M., KLEIN J.-L., TREMBLAY D.-G., eds. (1999) - *Entre la métropolisation et le village global*, Sainte-Foy, Québec, 325 p.
- GIDDENS A. (1990) - *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press
- HIRST P., THOMPSON G. (1996) - *Globalization in Question*, Cambridge, Polity Press, 227 p.
- KEBABDJIAN G. (1994) - *L'économie mondiale*, Paris, Seuil, 392 p.
- KEIL R. (1994) - Global sprawl: urban form after Fordism, *Environment and Planning D: Society and Space*, 12, 2, 131-136
- KEIZER B., KENIGSWALD L. (1996) - *La triade économique et financière. Amérique du Nord, l'Asie du Sud-Est, Europe de l'Ouest*, Paris, Seuil, 368 p.
- KRUGMAN P. (1991) - *Geography and Trade*, Cambridge, MA., MIT Press, 142 p.
- KRUGMAN P. (1991) - Increasing returns and economic geography, *Journal of Political Economy*, 99, 483-499
- KRUGMAN P. (1993) - First Nature, Second Nature, and Metropolitan Location, *Journal of Regional Science*, 33, 2, 129-144
- KRUGMAN P. (1994) - Competitiveness : A Dangerous Obsession, *Foreign Affairs*, 73, 28-44
- KRUGMAN P. (1994) - Complex Landscapes in Economic Geography, *The American Economic Review*, 84, 2, 412-416
- KRUGMAN P. (1995) - Rendements croissants et géographie économique, in Rallet A., Torre A., eds., *Économie industrielle et économie spatiale*, Paris, Economica, 317-334
- KRUGMAN P. (1998) - *La mondialisation n'est pas coupable*, Paris, La Découverte, 218 p.
- KRUGMAN P. (1998) - *The Accidental Theorist*, New York, Norton, 204 p.
- KRUGMAN P., OBSTFELD M. (1992) - *Economie internationale*, Bruxelles, De Boeck, 862 p.
- LABARDE P., MARIS B. (1998) - *Ah Dieu ! que la guerre économique est joli !*, Paris, Albin Michel, 216 p.
- LEVITT T. (1983) - The Globalization of Markets, *Harvard Business review*, mai-juin, 92-103
- LÉVY J. (1999) - *Le tournant géographique*, Paris, Belin, 400 p.
- LIPIETZ A. (1996) - *La société en sablier. Le partage du travail contre la déchirure sociale*, Paris, La Découverte, 333 p.
- LIPIETZ A. (1998) - *Nach dem Ende des 'Goldenen Zeitalters'*, Berlin, Argument Verlag, 219 p.
- MADDISON A. (1989) - *The World Economy in the 20th*, Paris, OCDE
- MUCCHIELLI J.-L. (1991) - Alliances stratégiques et firmes multinationales: une nouvelle théorie pour de nouvelles formes de multinationalisation, *Revue d'Economie Industrielle*, 55, 118-134
- MUCCHIELLI J.-L. (1998) - *Multinationales et mondialisation*, Paris, Seuil, 373 p.
- MUCCHIELLI J.-L., CELIMENE F., eds. (1993) - *Mondialisation et régionalisation: un défi pour l'Europe*, Paris, Economica, 550 p.
- OHMAE K. (1996) - *De l'État-nation aux États-régions*, Paris, Dunod, 214 p.
- PIERRET C. (1996) - Vers l'explosion de la sphère financière?, in Bailly A., ed., *Risques naturels, risques de sociétés*, Paris, Economica, 77-83

- PUTNAM R. D. (1988) - Diplomacy and Domestic Polics : The Logic of two Level Game, *International Organization*, 22, 3, 427-460
- RAINELLI M. (1997) - *La nouvelle théorie du commerce internationale*, Paris, La Découverte, 128 p.
- SANTOS M. (1995) - Contemporary Acceleration: World-Time and World-Space, in Benko G. B., Srohmayer U., eds., *Geography, History and Social Sciences*, Dordrecht, Kluwer, 171-176
- SANTOS M. (1997) - *La nature de l'espace*, Paris, L'Harmattan, 275 p.
- SASSEN S. (1991) - *The Global City. New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press, 397 p.
- SASSEN S. (1994) - *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press, 157 p.
- SCOTT A. J. (1998) - *Regions and the World Economy. The Coming Shape of Global Production, Competition, and Political Order*, Oxford, Oxford University Press, 177 p.
- STORPER M. (1997) - *The Regional World. Territorial Development in a Global Economy*, New York, The Guilford Press, 338 p.
- VELTZ P. (1994) - Les ressorts de la métropolisation, *Le Débat*, 80, 186-189
- VELTZ P. (1996) - *Mondialisation, villes et territoires*, Paris, PUF, 262 p.
- VELTZ P. (1997) - Les villes européennes dans l'économie mondiale, in Bagnasco A., Le Galès P., eds., *Villes en Europe*, Paris, La Découverte, 47-65
- WILKINS M. (1975) - *The Maturing of Multinational Enterprise :American Business Abroad from 1914 to 1970*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press